

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 971.804 - PR (2016/0222800-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : **MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**PROCURADORA** : **RENATA KAWASSAKI SIQUEIRA E OUTRO(S) - PR019364**  
**PROCURADORA** : **SABRINA FAVERO - PR054229**  
**AGRAVANTE** : **COLINA DE PIZZA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/S LTDA - EPP**  
**ADVOGADO** : **LUIS FERNANDO DE CAMARGO HASEGAWA E OUTRO(S) - PR024189**  
**AGRAVADO** : **MAE - MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO**  
**ADVOGADOS** : **CAMILLO KEMMER VIANNA E OUTRO(S) - PR037988**  
**CAMILA CRISTINA ALVES LUCCA - PR055545**  
**INTERES.** : **INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ**  
**ADVOGADOS** : **LUCIANO TINOCO MARCHESINI - PR016524**  
**HELIO DUTRA DE SOUZA E OUTRO(S) - PR005730**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado por **Colina de Pizza Empreendimentos Imobiliários SS Ltda.** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 1944):

*APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RESPONSABILIDADE POR DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE - PROCEDÊNCIA PARCIAL, RECURSO DA AUTORA - ANULAÇÃO DA PERÍCIA - NÃO ACOLHIMENTO - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL JÁ DETERMINADA NO JUÍZO A QUO - REMOÇÃO DOS MORADORES E OCUPAÇÕES IRREGULARES E CLANDESTINAS - OBRIGAÇÃO CUMPRIDA PELO MUNICÍPIO - DEMONSTRAÇÃO - MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - REJEIÇÃO - RESPONSABILIZAÇÃO SOLIDÁRIA DOS REQUERIDOS EVIDENCIADA - SENTENÇA MANTIDA - RECURSOS DESPROVIDOS*

Opostos embargos declaratórios pelo Município de Londrina e por Colina Pizza Empreendimentos Imobiliários SS Ltda., foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC/73, nestes termos (fls. 1987/1988):

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RESPONSABILIDADE POR*

*DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE.*

*EMBARGOS 1: ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE. UTILIZAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL PARA FUNDAMENTAR A CONDENAÇÃO AO REFLORESTAMENTO DA APP. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, DANO FLORESTAL CONSTATADO PELA PERÍCIA TÉCNICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS.*

*EMBARGOS 2: ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO À CELEBRAÇÃO DO (TAC) TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA. PRECLUSÃO. DECISÃO SANEADORA QUE AFASTA A CELEBRAÇÃO, AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DESTA DECISÃO. OMISSÃO QUANTO A ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO PARA REPARAÇÃO DOS DANOS AMBIENTAIS. INEXISTÊNCIA. DANO DE CARÁTER CONTINUADO, IMPRESCRITIBILIDADE DA AÇÃO REPARATÓRIA. PRECEDENTES STJ. OMISSÃO QUANTO À AUSÊNCIA DE DISPOSITIVO LEGAL PARA CARACTERIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CARACTERIZADA PELA APROVAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE LICENÇA AO REVÉS DA LEI. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS.*

*1. Não prosperam os embargos de declaração opostos contra decisão em que inexiste omissão, obscuridade ou contradição passível de saneamento.*

*2. A pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no acórdão embargado, consubstanciada na mera irresignação com o resultado da demanda, é inviável em sede de embargos de declaração.*

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 515 e 535 do CPC/73. Sustenta, em síntese, que o Tribunal de origem não se manifestou sobre questões relevantes para o deslinde da controvérsia e que foram objeto do recurso de apelação interposto perante a instância *a quo*.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo, nos termos assim resumidos (fl. 2122):

*Agravos em Recursos Especiais. Município de Londrina: Ausência de prequestionamento. Súmula 211/STJ. Dano ambiental. Reparação. Imprescritibilidade. Loteamento irregular. Responsabilidade solidária. Súmula 83/STJ. Reexame do contexto probatório dos autos. Impossibilidade. Súmula 7/STJ. Colina de Pizza Empreendimentos Imobiliários S/S LTDA: Omissão jurisdicional não configurada. Ausência de*

*violação legal. Pelo desprovimento dos recursos.*

É o relatório.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Este relator, ao examinar o recurso especial manejado pelo **Município de Londrina**, determinou o retorno nos autos à origem, onde, nos termos dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, deverá ser realizado o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local, frente ao que frente ao que será decidido pela Excelsa Corte no **RE 654.833/AC**.

Nesse contexto, ante a impossibilidade de cisão do julgamento, o presente recurso especial não deverá ser examinado neste momento processual, sendo imperioso aguardar o esgotamento da instância ordinária para o outro recorrente, antes de ser submetido a este Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino o sobrestamento do recurso especial manejado por Colina Pizza Empreendimentos Imobiliários SS Ltda, até que o Tribunal *a quo* realize o juízo previsto nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator